Resumo da sessão 3 sobre a componente “S” –Social - do curso da NOVA sobre ESG Due Diligence and Reporting

Coordenação: Lucila de Almeida
Assistente: Malindi Assubuji

Oradoras:

- **Dra. Ana Santos Duarte:** Advogada no Global Rights and Compliance e membro do NOVA Centre on Business, Human Rights and the Environment Ambiente da Nova School of Law.
- **Dra Celine da Graça Pires:** Consultora na área de Empresas e Direitos Humanos com experiência específica em avaliações de impacto em direitos humanos.

Tópicos Principais Abordados

1. Expectativas e boas práticas em matéria de conduta empresarial responsável

- Expectativas delineadas nos **Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs)**
 - Documento **fundamental (soft law)** aprovado em 2011.
 - Três pilares:
 1. Dever do **Estado** de proteger os direitos humanos.
 2. Responsabilidade das **empresas** de respeitar os direitos humanos.
 3. **Acesso à reparação** para vítimas.
- **Destaques:**
 - A responsabilidade das empresas vai além do cumprimento legal.
 - Deve abranger **toda a cadeia de valor** e relações comerciais.
 - O respeito é **uma responsabilidade**, não uma obrigação legal.

> Expectativas reforçadas na **Diretiva Europeia de Diligência devida em Sustentabilidade (CSDD)**

- Nova legislação da UE que torna obrigatória a integração da **diligência devida em direitos humanos** nos sistemas de gestão das empresas.

1.1. Compromissos de Direitos Humanos nas Empresas

- A forma mais visível é através de uma **política de direitos humanos pública**.
- Esta deve:
 - Ser adaptada à estrutura, setor e geografia da empresa.
 - Ser clara, transparente e acessível a todos os stakeholders.
 - Contar com o envolvimento de partes interessadas, inclusive trabalhadores e fornecedores.

Diferença entre:

- **Política de direitos humanos**: declaração geral de compromissos.
- **Código de conduta**: documento mais operacional, geralmente direcionado a fornecedores.

1.2. Processo de Diligência Devida em Direitos Humanos

Definido como um **ciclo contínuo** com quatro etapas:

1. **Identificar e avaliar** impactos reais e potenciais.
 2. **Integrar e agir** com base nas descobertas.
 3. **Monitorar a eficácia** das ações.
 4. **Comunicar e relatar** publicamente os esforços e resultados.
- A participação dos stakeholders, principalmente das comunidades afetadas, é essencial.
 - O processo deve ser reavaliado diante de mudanças no negócio (ex: novos produtos ou países).

1.3. Auditorias, Certificações e Cláusulas Contratuais

- Ferramentas comuns:
 - **Auditorias sociais**
 - **Certificações (ex: ISO 9001, ISO 14001)**
 - **Cláusulas contratuais sobre direitos humanos**

Alertas:

- Essas ferramentas **não substituem** a diligência devida.
- Exemplo do caso **Rana Plaza (Bangladesh)** demonstrou que auditorias podem falhar ao identificar riscos reais, como más condições estruturais e trabalho infantil.
- **Cláusulas contratuais mal redigidas** podem transferir indevidamente a responsabilidade aos fornecedores.

1.4. Cláusulas Contratuais Eficazes

- Recomenda-se o uso das **European Model Contract Clauses**:

- Definem **responsabilidade partilhada** entre comprador e fornecedor.
- Estabelecem **prazos realistas, suporte ao fornecedor e mecanismos de reparação**.

1.5. Acesso à Reparação

- Um dos pilares mais esquecidos, mas essenciais.
- **Reparação não é uniforme**: pode incluir desculpas, compensações financeiras ou restituições.
- O processo deve **responder às necessidades das vítimas**, caso a caso.

2. Como conduzir um processo de diligência devida em matéria de direitos humanos?

- Foco na **Fase 1 da Diligência Devida**: Identificação e Avaliação de Impactos.

Principais pontos:

- **Avaliação de impacto ≠ auditoria**: a avaliação foca nas **pessoas**, não na conformidade da empresa.
- Envolve:
 - **Mapeamento da cadeia de valor**
 - Avaliação de riscos reais e potenciais
 - Participação das comunidades e stakeholders vulneráveis
- Baseia-se em normas internacionais de direitos humanos (ONU, OIT, etc.)
- Prioriza riscos com base na **gravidade, probabilidade e capacidade da empresa de responder**.

Componentes Interativos

- Discussão sobre políticas, auditorias e riscos.
- Participantes relataram experiências em certificações e políticas internas.
- Foram sugeridas ferramentas práticas como:
 - Diretrizes da OCDE
 - Cláusulas contratuais modelo da UE
 - ISO 9001 e 14001
 - Relatórios de materialidade (ESRS)

Conclusões e Lições Principais

- Ter uma **política pública de direitos humanos** é essencial.
- A **diligência devida é contínua e integrada** no dia a dia da empresa.
- **Auditorias, cláusulas e certificações são complementares**, mas não suficientes por si só.
- O acesso à reparação é essencial e deve ser pensado com foco nas **vítimas**.
- **Envolvimento de stakeholders** é crítico em todas as etapas.